

Estruturas edificadas e paisagens do Engenho de Santana (Ilhéus-Bahia, séculos XVI-XVIII): um complexo produtivo colonial na Mata Atlântica sul-baiana

Marcelo Henrique Dias

Universidade Estadual de Santa Cruz – UESC
Núcleo de Estudos e Pesquisas Arqueológicas da Bahia – NEPAB
E-mail: marcelohd2222@gmail.com

Walter Fagundes Morales

Universidade Estadual de Santa Cruz – UESC
Núcleo de Estudos e Pesquisas Arqueológicas da Bahia – NEPAB
E-mail: wfmorales@uesc.br

Igor Campos Santos

Licenciado em História (UESC)
Mestrando do PPG-História UNEB (Campus II - Alagoinhas)
E-mail: campos1996@outlook.com

Recebido em: 12/12/2018.

Aprovado em: 03/03/2019.

Resumo: Este trabalho parte do entendimento de que as formas e as tessituras dos assentamentos coloniais podem ser conhecidas e compreendidas pelo estudo da Cultura Material, seja através dos documentos diretos – as paisagens, construções ou outras marcas físicas que se preservaram nos sítios arqueológicos – ou dos indiretos – os registros documentais textuais e iconográficos relacionados a esses locais. Pretende-se reconstruir de maneira conjectural as estruturas edificadas do Engenho de Santana (Ilhéus, Bahia, Brasil), no período correspondente aos séculos XVI-XVIII, assim como analisar seus significados no contexto das sociedades que as produziram e as vivenciaram. Para isso, os edifícios e seus entornos serão analisados em consonância com seus usos, suas apropriações sociais, suas conexões espaciais, suas expressões simbólicas, enfim, de modo que seja possível não apenas conhecer as suas formas, mas apreender aspectos delineadores dos modos de vida daqueles que os modelaram. Pela natureza do objeto e pelas estratégias de abordagem, a História da Cultura Material, como dimensão historiográfica, está intimamente associada à Arqueologia, o que imprime um caráter interdisciplinar a esse artigo.

Palavras-chave: História e Arqueologia; estruturas edificadas; paisagem; interdisciplinaridade.

Building-like structures and landscapes of the Engenho de Santana (Ilhéus-Bahia, 16th-18th centuries): a colonial productive complex in South Bahia Atlantic Forest

Abstract: This paper comes from the understanding that the forms and the organization of the colonial settlements can also be known and comprehended by the study of Material Culture, being through the direct documents – the landscapes, constructions or other physical marks which are preserved in our archaeological sites – or from the indirect ones – the textual documentary records and iconographics related to those places. It is meant to reconstruct the supposed building-like structures of the *Engenho de Santana* (Ilhéus, Bahia, Brazil) in the period corresponding to the 16th-18th centuries, as well as analyze their significance in the context of the societies which produced them and lived in them. In order to achieve this, the buildings and their surroundings are analyzed in consonance with their uses, social appropriations, spacial connections, symbolic expressions in order to, in a way that is not only possible to know their shapes, but also learn outlining aspects in the way of life of those who modeled them. Through the nature of the object and through the approaching strategies, the History of Material Culture, as the historiographic dimension, is closely associated to Archaeology, which gives an interdisciplinary character to this paper.

Keywords: History and Archaeology; Building-like structures; Landscapes; Interdisciplinarity.

Introdução

Historicamente, as relações entre a História e a Cultura Material têm oscilado entre a precariedade e a rejeição, situação que vem sendo modificada nos últimos anos, pelos esforços de pesquisadores que enfrentaram o desafio de superar os dilemas teóricos e pensar os instrumentais práticos que possam integrar a Cultura Material na operação heurística da História (REDE, 2012; MACEDO, ANDRADE; TERRA, 2012). Em primeiro lugar, é preciso, do ponto de vista do historiador, estar atento à necessária materialidade que envolve a experiência das sociedades no tempo e a dimensão da cultura material como “produto e vetor de relações sociais” (MENESES, 1983, p. 113). Entende-se, portanto, que a dimensão material da vida humana em sociedade não se configura como um reflexo fisicamente concretizado da ação mental que a precede, pois, a materialidade, pela sua própria fisicidade, age como estruturante da ação humana, num movimento retroalimentar no qual materialidade e sociedade criam-se mutuamente (REDE, 1996).

A imagem da materialidade das sociedades no espaço apresenta-se ao observador como paisagem. Seus atributos físicos são capazes de revelar aspectos fundamentais dos agentes que a moldaram, além de informar sobre os atrativos ambientais que determinaram as escolhas dos locais, o que envolve um jogo de tensão entre as ações humanas e as forças naturais, responsável pelas idiossincrasias de cada paisagem (ARRAES, 2013; ANDRADE, 2003). O conjunto de formas adquiridas por uma determinada paisagem, por sua vez, perfaz as heranças de sucessivas relações entre sociedade e espaço no tempo, fenômeno que Milton Santos sintetiza no conceito de “rugosidades” (SANTOS, 2009). Partindo desses fundamentos teóricos, a paisagem de um engenho da América Portuguesa, o Engenho de Santana – que hoje faz parte de um bairro rural do município de Ilhéus (Bahia) -, será compreendida, nesse trabalho, como artefato, ou seja, como “coisa complexa, fabricada, historicamente produzida”, mas também como vetor das escolhas e estratégias territoriais e construtivas dos diferentes agentes que a vivenciaram (MENESES, 1996, p. 149).

Para a análise da materialidade do Engenho de Santana utilizou-se das missivas e dos inventários enviados pelos padres gestores para seus superiores no Colégio de Santo Antônio, em Lisboa, e dos vestígios arqueológicos identificados no local. Essas fontes contêm informações acerca do cotidiano do Engenho, a exemplo do processo de produção do açúcar e dos víveres, da vida social dos religiosos, feitores e escravos, e do aproveitamento dos recursos da Mata Atlântica. As correspondências também informam sobre as estruturas edificadas, como as moradias, as oficinas e seus maquinários, a capela, a olaria etc. No campo

da Arqueologia, a estratégia de investigação empregou também as táticas de abordagem da Arqueologia da Paisagem. De acordo com Chapman (2011), nessa especialidade, a unidade de análise é o artefato no seu sítio. Busca-se apreender os significados das paisagens a partir da inter-relação entre diferentes sítios. Seu método inclui estudos documental e cartográfico, trabalho de campo e prospecção arqueológica. Nessa abordagem, onde o ambiente dos assentamentos está inserido, teremos o entendimento das diversas ocupações humanas que habitaram por intermédio da análise dos vestígios arqueológicos e da distribuição dos assentamentos na paisagem e, com isso, poderemos avançar na interpretação de sistemas socioculturais e suas características de territorialidade, organização e interação socioeconômicas (CLARKE, 1977; HODDER; ORTON, 1990; GORENFLO; GALE, 1990; DINCAUZE, 2000).

Uma das referências iniciais é o contexto tecnológico e sua implantação. Em seguida, como será detalhado mais adiante, poder-se-á proceder à interpretação dos motivos para a implantação dos assentamentos diante dos elementos naturais e simbólicos que podem influenciar seu posicionamento em um dado espaço como sua topografia, a visibilidade das áreas circundantes, disponibilidade de fontes d' água e de matéria-prima, como argila a madeira, fertilidade do solo e até a presença de lajedos e corredeiras que podem facilitar ou impedir a navegabilidade (MORALES E MOI, 2008; MORALES, 2005; 2008). Essa situação faz como que uma dada área, conforme bem apontou Hodder (1986), palco para atores diversos, possa ser vista como um espaço muito além da necessidade de sobrevivência e captação de recursos: ela tem uma expressão simbólica e oferta múltiplas possibilidades de uso e interpretação. Sintetiza-se, portanto, a inter-relação entre os monumentos da memória e a feição física do objeto investigado (idem), que terá em nossa análise, como recurso metodológico, o emprego de ferramentas de georreferenciamento para mapear as estruturas localizadas, de maneira a construir mapas e plantas conjecturais da implantação do conjunto dos terrenos destinados à lavoura e dos edifícios do Engenho (MORALES; DIAS; GOMES, 2015).

Do ponto de vista da sua morfologia e arquitetura, os engenhos coloniais têm sido estudados tendo como referência de padrões gerais duas fontes fundamentais, uma textual e outra iconográfica: o livro do jesuíta João Antônio Andreoni, mais conhecido como Antonil, escrito na Bahia, na primeira década do século XVIII, e as telas do holandês Franz Post, representando as paisagens da Zona da Mata pernambucana da primeira metade do século XVII (ANTONIL, 2009; POST, 2006). Considerando os padrões sugeridos por essas fontes, arqueólogos e historiadores vêm desenvolvendo pesquisas documentais e de campo em sítios

de antigos engenhos (AZEVEDO, 1999; SOARES, 2009; AMANTINO, 2016). Em geral, se admite que as estruturas dos engenhos coloniais condicionavam-se a dois conjuntos de fatores: o primeiro relaciona-se aos objetivos da produção no sistema colonial, que define a *plantation* e, por conseguinte, o sistema produtivo escravista e a tecnologia dos engenhos, ou seja, os equipamentos e suas funções. Esses fatores definem um padrão de estruturas edificadas sintetizadas no complexo integrado de casa-grande (ou casas de vivenda), senzala(s), capela, edifícios de processamento e acondicionamento do açúcar e construções associadas, como currais, olarias, casas-de-farinha etc.

O segundo conjunto de fatores, por sua vez, é colocado pelo meio ambiente e pode ser identificado e compreendido assente na adequação do padrão geral às condições ecossistêmicas locais. Nessa perspectiva, há dois elementos a se considerar: primeiramente, os critérios de escolha do lugar “capaz de engenho”, para usarmos uma expressão comum à época; em segundo lugar, as atividades integradas ao engenho, aproveitando e/ou potencializando os recursos ambientais e os ecossistemas locais para os objetivos econômicos e simbólicos orientadores das atividades dos engenhos, no nosso caso, um engenho jesuítico. Pensamos aqui nas atividades de extrativismo, subsistência e manufaturas, para renda e manutenção dos trabalhadores diretos. Para esse último conjunto de fatores é imprescindível fazer estudos de caso, como o que ora se propõe, levando-se em conta um elemento central: as alterações de natureza antrópica ao longo dos séculos e a complexidade da compreensão do registro arqueológico em sociedades contemporâneas em funcionamento (ADAMS, 1973; KENT, 1987; MOI, 2007).

Os vestígios arqueológicos

As pesquisas de campo desenvolvidas permitiram identificar uma significativa quantidade de vestígios materiais de várias épocas aflorando em diversos locais e alguns restos das estruturas citadas nas fontes documentais. A maior parte desses vestígios é hodierno ou da segunda metade do século passado, fruto do descarte dos atuais moradores do bairro rural que por mais de 300 anos teve um engenho com suas caldeiras em ação. Dentre os vestígios mais recentes, das sete ou oito décadas passadas, temos fragmentos de edificações (telhas/tijolos/lajotas), moedas (Real e Cruzeiro), restos de ferramentas e talheres de metal, bolinhas de gude, garrafas de bebida e tampas de cerveja, pedaços de plásticos, chinelos etc.

Já os vestígios de épocas mais antigas em superfície, aqueles do Brasil Império e do Brasil colonial, são bem mais raros e foram identificados em três lugares específicos. Os dois primeiros pontos são as partes baixas próximas ao rio (do Engenho), em especial nas erosões das barrancas junto da capela e no corte de barranco nos fundos da escola nucleada Santo Antônio, exatamente no trecho final da calha por onde passava a água que movia o engenho. Já a terceira área com concentração de vestígios arqueológicos antigos é mais ampla e dela faz parte um local com restos de alicerces de uma antiga construção (ROCHA, 2011), instalada nas partes altas e planas do topo de morro. Os vestígios arqueológicos localizados nestes trechos mais altos, bem como nas áreas de encostas, situam-se nos trechos apontados nas fontes documentais como sendo as ruas para a “moradia dos escravos”. Os dois únicos fragmentos mais antigos, que podem ser associados aos séculos XVI e XVII, foram identificados no corte de barranco atrás da escola junto à calha de água: são dois fragmentos de faianças portuguesas decoradas com faixas azuis em semicírculos concêntricos (MORALES, 2019).

Por fim, no atual estágio das pesquisas arqueológicas no Engenho de Santana ainda não foi possível desenvolver escavações em busca de estruturas arqueológicas enterradas, localizar áreas de descarte ou identificar padrões no material cerâmico em busca de correlações entre a origem dos africanos registrados na documentação de época e os objetos cerâmicos produzidos por eles.

O território da sesmaria original

A apropriação da sesmaria ao longo do rio Santana se deu a partir de múltiplas doações. Ao historiador se impõem dificuldades para se constatar a legitimidade das mesmas, em razão dos diferentes agentes cartoriais que aparecem nos documentos e das informações por vezes contraditórias. Tudo começa no início do sistema de donatarias, quando o escrivão da Fazenda Real, Jorge de Figueiredo Correia, em 1534, nomeou Francisco Romero para vir em seu lugar administrar a capitania de Ilhéus. Francisco Romero governou por mais de dez anos, adquirindo, assim, plenos conhecimentos sobre os sítios mais propícios para a exploração agrícola da lavoura canavieira e a implantação de engenhos reais. Em parceria com o donatário, Francisco Romero, Duarte Alvares e Jerônimo Morel separaram para si uma parte do território onde se localizava a vila de São Jorge, correspondendo a um raio de seis

léguas partindo do “Rio dos Ilhéus”, hoje correspondendo à barra entre o Morro de Pernambuco e o Outeiro de São Sebastião.



Figura 1 – Mapa com a representação do relevo da área que compreende a sesmaria doada a Mem de Sá

As confusões na doação começam no momento em que o loco-tenente Romero doa uma parte dessas terras ao então desembargador de Lisboa, Mem de Sá, correspondendo a uma légua de largura por uma de comprimento, no local denominado Ribeira Grande e, posteriormente, Ribeira de Santana. Romero fez essa doação sem consultar os demais parceiros e repetiu a doação em favor de Francisco de Bitencourt. Logo após, Jorge de Figueiredo Correia confirmou a doação a Mem de Sá e acrescentou meia légua de largura à mesma sesmaria, autorizando o uso tanto da Ribeira de Santana como das águas do Rio da Vila (atual rio Cachoeira). Finalmente, Mem de Sá buscou regularizar essa situação, recorrendo aos cartórios de Lisboa para conseguir as escrituras das terras doadas tanto por Jorge de Figueiredo Correia, como por Francisco Romero. A regulamentação da doação foi facilitada com a desistência de Francisco de Bitencourt da posse das terras e pela compra das partes de Duarte Alvares e Jerônimo Morel. Resolvidas as pendências, a sesmaria ficou com

uma légua e meia de largura por uma de comprimento (aproximadamente a área destacada na figura 1), tendo Mem de Sá o direito sobre o uso das águas do Santana e do Rio da Vila (atual Cachoeira). (MONTEIRO, 1999, p. 11-12; COELHO FILHO, 2001).

O Engenho de Santana se tornaria um dos mais produtivos da primeira fase da produção açucareira colonial, em meados do século XVI. Após o falecimento de Mem de Sá, em 1572, o Santana acabou ficando na posse de sua filha, Filipa de Sá, esposa do terceiro conde de Linhares, assim como o outro engenho de sua propriedade instalado no Recôncavo baiano, o Sergipe do Conde. Após a morte de Dona Felipa (1618), uma demanda jurídica se estendeu por mais de sessenta anos, terminando ambos os engenhos na posse definitiva dos jesuítas do Colégio de Santo Antão. (PINHO, 1982; MAURO, 1983; SCHWARTZ, 1988; FERLINI, 2003).

Peculiaridades do Santana: engenho e fazenda

Na vila de Ilhéus, por todo o período colonial e pelo menos até meados do século XIX, aquele engenho ocupou o posto de principal unidade produtiva, tendo o maior número de escravos. Quando da expulsão dos jesuítas (1759), era o único engenho a operar na vila, a qual, apesar de estar inserida na órbita da economia açucareira da Bahia, passou a ocupar um lugar marginal em relação ao Recôncavo. Porém, a zona costeira de Ilhéus apresentava condições ambientais favoráveis que foram potencializadas pelos padres gestores do Santana em favor da redução dos custos de produção e da maior diversificação produtiva. Portanto, fatores ambientais tomaram parte das soluções que viabilizaram o Engenho de Santana. Que fatores foram esses e como foram empregados? Essa questão é fundamental para a compreensão das paisagens e das formas de implantação das estruturas físicas identificadas nas fontes e para uma leitura proficiente dos elementos paisagísticos e arqueológicos apreendidos no trabalho de campo.

O engenho se localizava há duas léguas do núcleo urbano da vila de Ilhéus, à qual se ligava pelo rio de Santana, o qual, a partir do século XIX passou a ser denominado Rio do Engenho. As terras da sesmária se distribuíam numa zona de tabuleiros de baixa altitude próxima do oceano e recobertos de florestas com características semidecíduas ou decíduas (GUEDES *et al*, 2002, 45-50). Nas encostas onde o solo é melhor drenado, as áreas de plantio, no caso os canaviais, encontravam ambiente propício onde predominavam as chuvas, constantes em todas as estações do ano. Nas áreas mais baixas, chamadas “várzeas”, a

formação dos brejos acabou por facultar a produção de arroz, uma cultura mercantil de grande demanda interna e no tráfico negroiro.

Para os fornos usados na produção de açúcar e farinha não faltavam lenhas, que podiam ser tiradas na margem do rio de Santana e de seus pequenos afluentes e transportadas por um barco rústico, que era levado pelo movimento da maré. Além das culturas agrícolas, havia a atividade madeireira, cujos produtos beneficiados, como caixaria, pranchões e couçoeiras, abasteciam mercados de aquém e de além mar. Havia ainda outros recursos florestais que eram aproveitados nas oficinas, como o “timbó”, espécie de cipó usado para apertar as formas de cerâmica, usadas no processo de purga, chamadas de pães-de-açúcar. Para a confecção dessas formas, havia terrenos de boa argila, matéria prima usada igualmente na produção de tijolos e telhas, itens que também aparecem na composição daqueles que contribuíam para as receitas do Santana. Também se prestavam para a confecção de utensílios domésticos, tais como potes, talhas e panelas de barro. A natureza pródiga permitia produzir tudo isso a um custo relativamente baixo, se comparado aos engenhos do Recôncavo. A receita da viabilidade econômica do Santana assentava-se, portanto, na diversidade produtiva e no auto sustento (ANTT, CJ, 68: 306).

O Santana tornou-se, assim, “engenho e fazenda”, produzindo açúcar para vender em Lisboa e arroz, farinha-de-mandioca, feijão, aguardente e pescado para suprir o mercado interno. Por conta dessa característica, é importante esclarecer que a denominação Engenho de Santana se refere ao complexo produtivo envolvido na sesmaria, que incluía diferentes lavouras e maquinarias destinadas a processar não somente a cana, mas a mandioca, o arroz e as madeiras (SOARES, 2009, 63-64; 75). Noutro sentido, o termo engenho, quando usado pontualmente, se refere ao maquinário específico utilizado nas diferentes oficinas.

Os terrenos destinados à lavoura de cana-de-açúcar

Como se pode observar na figura 2, as áreas de plantio apresentam duas características que certamente motivaram sua escolha como locais mais propícios para a implantação da lavoura de cana-de-açúcar. Primeiramente, situam-se próximas a um rio, facilitando assim a locomoção dos escravizados e o escoamento da produção até o engenho, haja vista que, “depois de cortadas, elas precisavam ser processadas em no máximo 48 horas, sob pena de seu suco azedar” (CABRAL, 2014, p. 143-144). A segunda característica é que estão situadas em áreas elevadas, acima da linha do vale onde se situa o rio, locais preferíveis para a

plantação da cana-de-açúcar, pois são terras melhor drenadas. Quando cultivada em áreas de várzeas, em solos encharcados, a cana-de-açúcar tem seu crescimento demasiadamente rápido, chegando a tombar, o que causa problemas de rebroto fora do tempo do cultivo, gerando, assim, talos grossos, mas, com pouca quantidade de sacarose. Portanto, se plantada em baixadas, trona-se “aguacenta”, pouco doce, aumentando o tempo de cozimento e de purgação do caldo (ANTONIL, 2001, p.110). Por conta dessa propriedade, em Ilhéus, onde as chuvas eram predominantes em todo o ano, os terrenos mais adequados para lavoura de cana-de-açúcar situavam-se nos morros ou outeiros melhor drenados. Essa escolha também facilitava a queimada das matas para o arroteamento, assim como a limpa, ou “capinagem” da lavoura, pois nessas áreas o crescimento de capins ou ervas daninhas não é tão intenso como nas terras de várzea (CABRAL, 2014. 141; ANTONIL, 2001, p. 111).

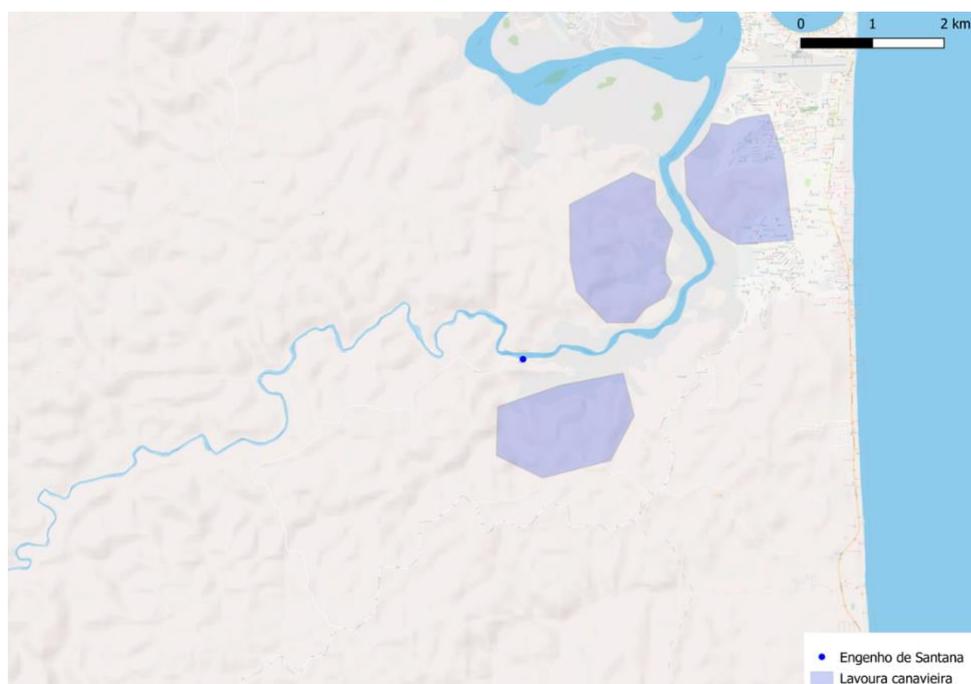


Figura 2 – Sesmaria do Engenho de Santana com as áreas de plantio de cana

Apesar da amplitude do território da sesmaria original, havia um fator limitador à exploração de terrenos de encosta disponíveis nos seus limites: o desnível do rio que oportunizava a captação da água como força motriz para as rodas d’água formava uma corredeira que impedia a navegação. Outras “cachoeiras” se seguiam no sentido do interior, fator que impossibilitava o transporte de cana e lenha para as oficinas. Desse modo, apenas os terrenos situados entre o núcleo do engenho e o limite da sesmaria na direção do mar poderiam ser cultivados. Quando essas terras se viram esgotadas, foi necessário adquirir

novas áreas em locais que permitiam a interligação através da rede fluvial navegável. Primeiramente, foram adquiridas as terras do antigo Engenho Esperança, remanescente da primeira fase da economia açucareira na vila de Ilhéus, situado nas margens do rio Fundão (ANTT, CJ, 68: 306). Posteriormente (início do século XVIII), o padre Manuel de Figueiredo obteve as terras do Getimani, localizadas nas margens do rio Taípe, atual Almada, nas curvas próximas ao atual distrito de Sambaituba (ANTT, CJ, 68: 343). Apesar da relativa distância, navegava-se sem maiores percalços pelas vias fluviais, à exceção do pequeno trecho que deveria ser transposto por terra, entre o rio Taípe e o porto de Itacanoeira, no rio Fundão, necessário para transportar as canas lavradas nas terras do Getimane.

Sobre a comunidade do Santana

Marisa Soares, fundamentada nas telas pintadas por Frans Post, na primeira metade do século XVII, identifica, ao lado dos escravizados de origem africana, a presença marcante de indígenas exercendo tarefas como a produção e o transporte de farinha (2009, p. 69-70). No Santana, desde quando os jesuítas assumiram a posse do engenho e passaram a escrever cartas e inventários para seus superiores, na segunda década do século XVII, não se tem notícias da presença de indígenas, pelo menos enquanto um grupo étnico distinto. Afora os lavradores e artífices, dentre os quais certamente deveria haver elementos indígenas, os escravizados africanos e crioulos eram os responsáveis por todos os trabalhos realizados ali e formavam, portanto, o contingente humano mais expressivo do Engenho. A população cativa variou de um número de 17 indivíduos, em 1616, a pouco mais de 150, em 1753, mantendo uma média de 120, entre o final do século XVII e meados do XVIII.¹

Estudos recentes têm apontado que havia um modelo de administração adotado pelos jesuítas em suas propriedades escravistas, comum tanto nos engenhos e fazendas da América portuguesa, como nas *haciendas* da América espanhola (AMANTINO, 2011). Os elementos mais marcantes desse padrão também se repetiam no Santana, como a busca do maior nível possível de autossuficiência, cabendo aos escravizados produzir quase tudo que fosse necessário para seu próprio sustento. Além de realizarem as tarefas relacionadas à produção agrícola, madeireira e pesqueira direcionadas à obtenção de rendimentos pelos administradores, exerciam também a função de mestre de açúcar e auxiliares. Usualmente ocupavam, inclusive, os postos atinentes à manutenção da disciplina, como a de feitor. Viviam em unidades de moradia, agrupados em famílias de fato ou artificialmente arranjadas.

O casamento entre eles era incentivado pelos jesuítas por várias razões de ordem moral, social e econômica: além do cumprimento do sacramento católico, promovia a geração de “crias” e a consolidação, pela família consanguínea e pelo compadrio, de uma rede de ajuda mútua que minimizava a obrigação dos jesuítas quanto ao tratamento de doentes e quanto ao sustento do grupo. Nessas condições, se estabeleceram laços de parentesco e de solidariedade que se mantiveram por gerações e consolidaram a comunidade.

O relativo distanciamento do Engenho em relação aos centros de autoridade civil e militar da Colônia, por outro lado, concorria para limitar sensivelmente a capacidade dos senhores imporem disciplina. Nem mesmo no núcleo urbano da vila de Ilhéus, localizada a duas léguas (12 km) do Engenho, havia um destacamento militar que pudesse intimidar ações de resistência. Era comum a queixa dos padres de que a imposição de castigos físicos causaria a fuga dos escravos para os mocambos. Nos sertões florestais, os fugitivos mantinham seus retiros, utilizando em larga medida a geografia e a ecologia dos matos para se esconder e sobreviver por algum período de tempo (CABRAL, 2014). Nos relatos sobre fugas episódicas, os padres não fazem menção a qualquer tentativa de resgate, cabendo apenas esperar o retorno dos homiziados. Em missiva enviada ao reitor do Colégio, o padre Antônio Fernandes elucida bem sua resignação em relação a isso: “saiba que o Brasil não é o Reino, que aonde quer se vá se dá com um fugido, cá sucede muitas vezes comerem da mesma casa e andarem fugidos muitos anos” (ANTT, CJ, 71: 141).²

No que tange à produção da cultura material e a gestão dos espaços, deve-se estar atento, portanto, às expressões de tensão, conflito e acomodação mediadas pelos suportes físicos dos espaços de trabalho, moradias, cultos e outros tipos de convivência.

As estruturas da produção de açúcar

De acordo com o Instituto do Patrimônio Artístico e Cultural da Bahia (IPAC), as ruínas das antigas oficinas do Engenho encontram-se atrás da escola nucleada Santo Antônio (IPAC-Ba, 1988, p. 247): trata-se de “um paredão de alvenaria com uma calha de escoamento de água”. Sua estrutura é “de pedras de reboco argiloso, possui 10 m de extensão e a calha em seu centro de cerca de 50 cm” (ROCHA, 2011, 33). Nosso trabalho de campo, realizado trinta anos após o referido estudo, constatou a atual permanência ao menos de parte dessas estruturas naquele sítio (figura 3). Outros artefatos, identificados com a produção de açúcar e farinha, como pedras mó, tachos de cobre e uma estrutura para roda d’água, também foram

encontrados, reforçando, assim, a localização apontada pelo IPAC em 1988. Podemos inferir, portanto, que as fábricas (moendas) se localizavam onde hoje é o prédio escolar e seus edifícios vizinhos, de maneira a aproveitar a inclinação do morro.



Figura 3 - Canaleta da levada d'água (aqueduto) localizada atrás do atual grupo escolar, onde se situavam as oficinas do Engenho. Foto dos autores.

Mariza Soares aponta um padrão que tomaremos aqui como referência de comparação para analisarmos as informações textuais extraídas das fontes históricas e do trabalho de campo (SOARES, 2009). De acordo com a autora, as oficinas se localizavam geralmente em terrenos de declive, num nível abaixo da casa grande e da capela. A força motriz dos engenhos reais era a água corrente captada de algum riacho, por queda natural ou realinhamento dos cursos na direção das rodas d'água. Depois de mover a roda, a água era escoada por uma canaleta para um riacho próximo. As estruturas físicas das oficinas da produção de açúcar englobavam dois espaços: uma parte aberta e mais retangular, onde ficavam a moenda e a roda d'água, e outra fechada e mais quadrada, a casa das caldeiras, onde se fabricava o açúcar. Nas telas de Post, as duas partes podem ser identificadas pelos formatos dos telhados e pela presença ou ausência de paredes (idem, p. 68-69). Azevedo, por sua vez, aponta que o processamento da cana-de-açúcar e o cozimento do caldo poderiam ser feitos em um mesmo prédio, com uma divisão espacial feita por paredes, ou em prédios específicos (AZEVEDO, 1990, p. 72). Trabalhamos com a primeira possibilidade, pois, as

descrições encontradas nas fontes permitem identificar uma única estrutura de formato retangular, com as oficinas (casa da moenda, casa das caldeiras, casa de purgar e casa do peso) dispostas de forma contígua (ANTT, CJ, 15: 23).

Segundo o Irmão Manuel da Costa, em 1674, a casa das caldeiras era de pedra e cal e no seu interior havia “duas fornalhas com duas caldeiras” e mais “duas fornalhas com sete tachos [...] uma com quatro e outra com três”. Somava-se, ainda, uma caldeira de melado e um tacho que servia de bacia, além de outro para esquentar a água da decoada (ANTT, CJ, 54: 7). De acordo com essas informações, podemos supor duas possibilidades: a primeira é que quando o padre informa que havia duas fornalhas não está se referindo ao número de bocas e sim ao conjunto de fornalhas de cada lado do prédio; a segunda é justamente referente ao número de bocas dos fornos, mas, nesse caso, a estrutura dos mesmos não seria individual, possibilitando assim, abrigar um número maior de tachos e caldeiras, pois, como se viu, o número total de “vasos”, entre tachos e caldeiras, era de dez, mesma quantidade informada por Antonil como necessária para um engenho de grande porte (ANTONIL, 2001, p. 156-157).

Já a casa de purgar, estrutura que abrigava as etapas de cristalização e branqueamento do açúcar, poderia ser de pedra e cal, como a do Sergipe do Conde, ou “de esteios de madeira, com paredes em vedação de pau-a-pique” (AZEVEDO, 1990, p. 130), a exemplo dos engenhos representados nas telas de Frans Post. Além disso, era conveniente que se situasse próximo aos rios ou vias de acesso, pois aí se fazia também o encaixotamento e o escoamento do produto (idem). No Santana, no ano de 1659, o padre Felipe Franco havia encontrado a casa de purgar destruída quando chegara ao Engenho. O motivo teria sido uma enchente do rio que levou a estrutura feita de madeiras. Tendo que construir um novo prédio, informava aos seus superiores que o faria de madeira, recurso que havia em abundância e de boa qualidade nas matas da sesmaria. Construiu, assim, uma casa de purgar provisória, de taipa de mão coberta por palhas, com a capacidade para 1200 pães de açúcar, para o que já havia deixado alguns esteios cortados no Engenho e no “mato”. Afirmava que não havia necessidade de construir a estrutura com pedra e cal, pois as madeiras eram muito resistentes (ANTT, CJ, 68: 306). No ano de 1660, o mesmo padre afirmara estar construindo a casa de purgar definitiva, com a expectativa de deixá-la capaz de produzir 2000 pães de açúcar (ANTT, CJ, 68: 307). Meses depois, relatou que optara por fazê-la em pedra e barro e não tão próxima do rio quanto antes, para evitar o efeito das cheias. Explica, ainda, que a casa tinha varandas em volta para defender as paredes das frequentes chuvas. Por fim, especifica as dimensões da estrutura: 112 palmos de comprimento, sem as varandas, e 60 de largura

(correspondente à aproximadamente 25 m por 13,5 m) (ANTT, CJ, 68: 308). O padre Pedro Teixeira, por sua vez, informava, em 1731, que a casa do engenho, a das caldeiras e a de purgar, todas contíguas, tinham a medida de um terço do corredor do convento de Santo Antônio (ANTT, CJ, 15: 23).

O investimento constante em reparos e reconstruções associa-se ao alto nível das intempéries presentes naquele meio ambiente. Além da umidade excessiva característica da Mata Atlântica, que apodrecia até mesmo as melhores madeiras, a ponto de o padre Franco optar por fazer a casa de purgar de pedra e barro, as frequentes e intensas chuvas causavam perdas materiais pelo efeito das cheias do rio e das enxurradas que desciam do morro, motivo da destruição de parte da capela, em 1674 (ANTT, CJ, 54: 7). Na relação em que informava sobre o estado em que encontrou o engenho na sua posse como administrador, em 1731, o padre Pedro Teixeira lastimava pelo trabalho que teria para consertar o balcão da casa de purgar, “com quase todas as tabuas podres”, assim como os cochos de armazenar o melado. Já a casa de alambique, edificada junto à de purgar, também de madeira, encontrava-se da mesma forma “podre e toda cheia de buracos” (ANTT, CJ, 15: 23).

Naquele ambiente de alta lubricidade, insetos e crustáceos também contribuíam para tornar a vida humana no Santana um exercício incessante de fazer e refazer as estruturas de produção e de convivência. O mesmo padre Teixeira reclamava das brocas que consumiam as pipas de aguardente. Já o padre Jerônimo da Gama (1753) se insurgia contra os guaiamuns que se entocavam por sob a canaleta de captação de água, chamada de aqueduto, exigindo constantes reparos. Comparava que essa estrutura estava mais arruinada no Santana do que no engenho de Sergipe do Conde, pois, no engenho de Ilhéus estava construída abaixo de grandes barrancas, pelas quais se precipitava em breves espaços; “[...] e as casas que fazem os guaiamuns, espécie de caranguejo, dão entrada à água que pouco a pouco vai comendo a terra e abre grandes cavidades pelas quais se despenha ao rio e diminuem muito a muita água necessária” (ANTT, CJ, 54: 22). A solução definitiva passava por uma nova construção: um paredão na parte do rio que não pudesse ser furado pelos guaiamuns, “tão nocivos”.

Por conta da imposição de se realizar obras contínuas de manutenção, construção e reconstrução, os padres eram levados a investir na formação de mão de obra especializada entre os próprios escravizados. No inventário do padre Teixeira aparece dois ferreiros, “aplicados a esse ofício há bastantes anos”, um oleiro, dois calafates e um pedreiro, “que não sabe nada, mas é o que bem tapa os buracos” (ANTT, CJ, 15: 23). Para o trabalho de carpintaria das moendas, o mesmo irmão Teixeira dizia que ia se remediando com um velho carapina que fazia às vezes de mestre para outros dois aprendizes, em razão do que, avisara ao

padre Veloso, do Sergipe do Conde, que não seria necessário enviar o escravo Rafael, certamente um mestre carapina daquele outro engenho (ANTT, CJ, 68: 347). Escravos artífices eram valorizados nos inventários e auferiam remunerações pelos seus trabalhos. O padre Antônio Fernandes, por exemplo, pedia ao reitor de Lisboa que lhe enviasse “bugigangas” para contentar os escravos artífices, encarregados de fazer as reformas da casa (ANTT, CJ, 71: 128).

Nas descrições sobre as estruturas físicas do Engenho fica evidente a necessidade de se moldar as plantas dos edifícios para um melhor exercício das tarefas atinentes à produção e também para um maior controle sobre os agentes que conviviam nos seus diferentes ambientes. Uma exposição do padre Felipe Franco assinala repartições internas na casa de purgar que serviam para acondicionar os diversos “despejos do engenho”, ou seja, os diferentes insumos utilizados no processo de produção. Havia também outros cômodos que se adequavam à função de dormitório do mestre de açúcar e do feitor. Essa opção visava manter a vigília do preparo do açúcar e evitar os frequentes furtos supostamente creditados aos escravizados. Esse mesmo motivo incitou o padre Antônio Fernandes, em 1736, a fazer algumas alterações no prédio, construindo outro quarto “junto donde se faz o açúcar para dormir no tempo da safra” (ANTT, CJ, 71: 128). Tal fato evidencia a convicção dos padres na suposta inclinação dos escravizados para furtar açúcar, melado e aguardente, mas não somente deles. Também mantinham debaixo de suspeita os feitores brancos, o que justificava, inclusive, o emprego de feitores escravos em substituição àqueles, como esclarecia o padre Antônio Fernandes: “lancei fora os feitores brancos, pois me parece furtam estes mais do que os mesmos pretos, pois fazem as cousas e com estes se desculpam”. E completava: “os feitores brancos são a perdição dos negros” (ANTT, CJ, 71: 129).

Com o mesmo objetivo de manter uma vigília constante na casa do peso, onde o açúcar jazia embalado e pronto para o embarque, o padre Jerônimo da Gama (1753) construiu um aposento para os doentes, presumindo, certamente, que a presença permanente de familiares e o intercurso do padre “Campânia” (ajudante), encarregado de acautelar os enfermos, impediria a ação dos gatunos. Porém, como os escravizados preferiam ficar em suas casas quando adoentados, a nova enfermaria não se estabeleceu e o quarto passou a servir de dormitório para visitantes (ANTT, CJ. 54: 22). Nesse caso, o projeto do agente responsável pela ação construtiva foi contrariado pelo protagonismo dos que efetivamente conviviam naquele espaço, orientados pelos seus próprios costumes, os quais acabaram impondo, como não poderia deixar de ser, um uso diferente do que fora originalmente planejado para aquela estrutura.

Todas essas construções e suas remodelações, contudo, deixaram poucos registros além daqueles citados nas fontes documentais e a quase impossibilidade de contextos originais de deposição das evidências arqueológicas nas áreas centrais do bairro rural do Rio do Engenho. Das construções originais se fazem presentes somente capela e restos de calçada – hoje encobertos pela terra –, de muros e trechos do canal ou aqueduto que levava água para mover os engenhos (figura 3). As demais construções ou estão com seus alicerces e restos construtivos recobertos pelas atuais construções do bairro rural, ou simplesmente desapareceram, fruto da dinâmica de uso, desmonte, reutilização dos materiais construtivos e (re)construção de edificações em um espaço relativamente restrito. Esse foi o destino da casa de purgar, das moradias dos padres e dos escravizados, das olarias, dos engenhos e dos atracadouros, estruturas indicadas e funcionais nas fontes documentais, mas que acabaram sendo perturbadas por processos pós-deposicionais que criaram um verdadeiro “palimpsesto arqueológico” resultado das reocupações desses espaços e da mescla das evidências arqueológicas de populações diversas nos últimos 480 anos. Essas perturbações, apesar de intensas, não impediram um olhar arqueológico sobre esse espaço.

Outros “engenhos” e a olaria

A configuração do Engenho de Santana como engenho de açúcar e fazenda de produção de víveres e beneficiamento de madeiras exigia um conjunto de oficinas com suas maquinarias específicas. Na definição dos produtores das fontes textuais, as serras d’água, o pilão de beneficiar arroz e a moenda de fazer farinha compreendiam “engenhos”. Investigando a acepção desse termo no contexto do período colonial, Soares o associa à ideia de maquinismos e inventos da ciência humana para a produção de açúcar e de outros artigos (SOARES, 2009, p. 63-64).

No Santana, informava o padre Pedro Teixeira (1730), a casa do engenho de cana, a das caldeiras e a de purgar eram todas contíguas. Na sequência, ficavam o engenho de serra de água e “mais na mesma casa” o pilão de apiloar arroz: “todas três moem com a mesma água, mas com diversas rodas”. (ANTT, CJ, 15: 23). Todos aqueles engenhos, incluindo o engenho de cana-de-açúcar, operavam, portanto, com a força motriz da água de um único “aqueduto”, ou seja, uma única canaleta de levada de água. É interessante ressaltar a contiguidade do edifício onde se fabricava o açúcar e as demais oficinas, pois, a partir daí, podemos concluir que a localização em que a estrutura foi edificada era favorecida pela inclinação do morro,

aproveitada para arquitetar um canal por onde se captava a água do rio para movimentar as rodas d'água. A posição de cada roda era pensada para aproveitar o máximo possível da força hidráulica. Provavelmente, recebendo mais diretamente o fluxo da água, a primeira roda, que necessitava de maior potência, era a que movia a moenda de cana-de-açúcar. Em sequência teríamos as demais.

Na oficina do beneficiamento madeireiro, além da serra d'água, havia o trabalho com as serras “braçais” (ANTT, CJ, 54: 22). Nesse espaço, escravos trabalhavam geralmente sob a orientação de mestres carapinas livres, que arrendavam o serviço e pagavam o aluguel dos cativos na partilha do produto final, que podia ser pranchões de jacarandá, caixarias para o açúcar, peças de construção naval, como couçoeiras, e até troncos de cedro torneados para o trabalho de santeiros (ANTT, CJ, 71: 142).

Outra estrutura de produção central para a dinâmica econômica e social do Engenho de Santana era a casa-de-farinha. Diferentemente do que sugere Soares para os engenhos da Zona da Mata pernambucana, retratados por Frans Post, no Santana, a produção de farinha não tinha somente a finalidade do auto sustento da comunidade interna (SOARES, 2009, p. 77). Enquanto nas zonas mais dinâmicas da produção açucareira, como Pernambuco e o Recôncavo baiano, a primazia da produção de açúcar relegava a segundo plano a produção de subsistência e sua estrutura de produção, a condição de “engenho e fazenda” do Santana soerguia a casa-de-farinha a um patamar de maior importância.

Sabemos, de acordo com o inventário do Engenho feito após o falecimento de Mem de Sá, em 1572, que havia um engenho de mó, servindo para o beneficiamento da mandioca na produção da farinha (INSTITUTO, 1956-63, v. III, p. 88). Fica a dúvida, no entanto, sobre sua força motriz. As telas de Frans Post, por exemplo, retratam escravos masculinos movendo a roda. Soares argumenta que as casas-de-farinha situavam-se fora do complexo do engenho de cana-de-açúcar: enquanto esse ficava na topografia mais baixa num terreno de aclive, na margem do riacho, tendo acima a casa-grande e a capela, os engenhos de farinha apareciam na paisagem das várzeas, pois não careciam da força motriz da água (SOARES, 2009).

De acordo com os relatos dos padres jesuítas, não era esse o caso do Santana. Sua casa-de-farinha ficava no mesmo complexo dos demais engenhos, ao que tudo indica, conformando a última oficina entre as demais e as casas-de-vivenda. Assim como os demais “engenhos”, era movido por uma roda d'água. A respeito do maquinário, é bem elucidativo o inventário do padre João Cortês, de 1752:

Tem roda de água para ralar mandioca com seus ralos de cobre gastados. Tem os cochos precisos para fazer farinha. Tem 3 alguidares de cozer farinha assentados; um de cobre, e dois de barro. Tem 13 tapetes para espremer a massa, e uma gurupema [peneira de palha] para coar. Tinha mais o engenho outro alguidar de cobre [...] (ANTT, CJ, 54: 52).

No ano seguinte, o padre Jerônimo da Gama informava que a casa estava quase em ruínas, com apenas uma roda d'água para ralar, o que não dava expediente aos escravos em dois dias por semana para a sua farinha, e perdia o Engenho muitos dias de serviço em cada semana. Para suprir a demanda, pretendia construir uma nova casa com duas rodas d'água para moer mandioca, pois, “em algum tempo havia três [rodas]” (Idem). Constata-se, à vista disso, que os escravizados se apropriavam de uma parcela significativa, senão a maior, da produção. Tinham prioridade para usar a casa-de-farinha, mesmo que isso representasse prejuízo para os rendimentos do Engenho. No âmbito da produção e sua apropriação, do convívio social e seus conflitos inerentes, podemos aventar, portanto, ser a casa-de-farinha um território dominado pelos escravizados.

Uma última estrutura de produção da qual se encontram evidências nas fontes textuais é a olaria. O irmão Felipe Franco, em 1659, pedia aos superiores que mandassem um oleiro da cidade da Bahia (Salvador) para trabalhar no Engenho e conter gastos com a compra de tijolos, telhas e formas. A única indicação da existência da olaria nessa carta é esse pedido, não informando se havia um edifício específico para a ela, nem tampouco a sua localização (ANTT, CJ, 68: 306). Já o inventário feito por Manuel da Costa, em 1676, traz informações mais precisas; segundo o irmão, o forno da olaria era coberto de telha, e a estrutura da mesma era de madeira, coberta por palha (ANTT, CJ, 54: 7). A olaria recebeu mais atenção na carta de Jerônimo da Gama (1753), que a reconstruiu e acrescentou mais 50 palmos de comprimento (equivalente a 11 m), juntamente com “um calcadouro para amassar barro com éguas e vacas”. Acrescentava, ainda, que aquela era obra que nunca havia sido feita: “uma casa particular para fazer louça; outra para um branco, que faz telha, dando-lhe eu a terça parte [...]” Para “abreviar o serviço”, abria também um poço “bem ao pé da oficina” (ANTT, CJ, 54: 22). O missionário também indica a localização do prédio: em frente ao Engenho, do outro lado do rio. A propósito, Antonil aconselhava que o senhor que tivesse renda o suficiente e mangues à disposição construísse uma olaria em seu engenho, pois assim pouparia gastos com telhas, blocos e formas; mas também alertava para se preservar os mangues, pois era a fonte certa de alimentação dos escravos (ANTONIL, 2001, p. 109).

A casa de vivenda

Nossa hipótese sobre a localização da casa de vivenda, a moradia dos padres, é a de que se situava no lado leste do “complexo fabril” do Engenho, a poucos metros das oficinas. Era necessária a vigília e o controle dos trabalhos nas fábricas e em outros locais importantes para o funcionamento do Engenho. Essa função era viabilizada pela topografia em aclive, com a localização da casa no primeiro patamar aos pés do morro, num nível acima dos edifícios das fábricas, e de frente para o rio, local de embarque e desembarque de mercadorias e pessoas. O padre Jerônimo da Gama informava que “das formosas e divertidas varandas” era possível observar os trabalhos dos cativos e esses não perdiam tempo “em ir e vir dos longes” (ANTT, CJ, 54: 22). A casa em que os padres viviam ficava entre a capela e as senzalas, constituindo, assim, um elo entre essas duas unidades. Já a rua de acesso entre esses dois edifícios era pavimentada com pedras, hoje cobertas por uma grossa camada de terra depositada ali para facilitar o acesso dos ônibus, conforme informação dos moradores mais antigos.

No que se refere às características arquitetônicas das casas grandes dos engenhos coloniais, Esterzilda Azevedo comenta que, no Regimento de Tomé de Souza (1548), havia recomendações para os proprietários de engenhos construírem torres ou casas fortes com a finalidade de proteger as plantações e seu empreendimento contra os “gentis bravos” (1990, p. 99). Em uma petição feita para provar um levante de índios no Engenho de Santana, em 1602, há uma referência à existência de um baluarte, onde o feitor Domingos Fernandes e os escravos “da Guiné” com seus filhos foram obrigados a se recolher, evitando as flechas disparadas pelos indígenas revoltosos (ANTT, CJ, 16: 4). No entanto, de acordo com as descrições dos padres jesuítas, nada restou daquele baluarte, provavelmente por se tratar de uma estrutura feita nos primeiros anos da conquista da terra, o que também nos leva a supor que seu sistema construtivo tenha sido o de pau-a-pique ou outros materiais mais rústicos, muito usados naquele período, com telhados de fibras de piaçava ou outras palhas (AZEVEDO, 1990, p. 100; ANDRADE, 2006, p. 49; ANDRADE, 2004, p. 93).³ Porém, já no período de administração jesuítica, a casa de vivenda foi construída de pedra e cal, coberta por telhas de barro, com “umas formosas e alegres varandas abertas nos lados” segundo a descrição de Jerônimo da Gama (ANTT, CJ, 54: 22). O padre João Cortês (1748), por sua vez, assim a descreveu:

Tem no andar de baixo uma sala grande ao entrar da porta, cozinha, refeitório, e duas dispensas para seco, e molhado. No andar de cima tem duas salas, uma varanda, quatro cubículos, e uma casa de rouparia, que fiz de novo, por ser muito pequena a que havia. (ANTT, CJ, 69: 140).

A partir dessas informações sabemos que a casa dos padres do Engenho de Santana tinha dois pavimentos.⁴ Geralmente eram casas pequenas, com poucos quartos e com mobiliário reduzido (ANDRADE, 2004, p. 109). O padre Antônio Fernandes (1738) confirma a informação de que na casa do Santana havia quatro cubículos (ANTT, CJ, 71: 128). O irmão Jerônimo da Gama, na sua posse, a encontrou “quase em ruínas” e as paredes estavam escurecidas por conta da fumaça da cozinha “mal arrumada”. O telhado estava “aberto em água, e ameaçando ruína; o teto estribado em uma grossa tábua, que tinha em pé a podre cumeeira”.

Já as varandas ficavam no sentido leste e oeste, de onde se podia observar a fábrica, a oeste, e a olaria, que ficava de frente da casa, no outro lado do rio. Com dificuldade enxergava-se também uma parte da zona de moradias dos escravos. O padre informa, ainda, ter reformado a casa, colocando janelas levadiças protegidas pelas varandas para evitar as chuvas, renovando também as madeiras do teto e do telhado (ANTT, CJ, 54: 22). Além da função arquitetônica de proteger as paredes e as janelas das intempéries do tempo, as varandas serviam para outros fins, como o de cobertura para as despensas e para outros cômodos com diferentes funções. Esterzilda Azevedo aponta que as varandas funcionavam como “filtro social, já que permitiam ao senhor de engenho selecionar as pessoas que deviam ser atendidas naquele espaço, ou recebidas no interior da moradia” (1990, p. 100). No entanto, a leitura das missivas dos padres administradores do Engenho de Santana revela que não somente as varandas, mas a casa como um todo formava um ambiente de intenso convívio social, onde os escravizados circulavam sem maiores restrições.

Havia os escravos da casa, que serviam diretamente aos padres e podiam tirar proveito disso, como foi o caso da crioula Martinha: essa, segundo o superior Antônio Fernandes (1735), servia com particular esmero ao seu ajudante, o irmão Mateus de Souza, que a ela estava “amancebado”. Nessa circunstância, costumava carregar para a sua moradia paios e peças de tecidos, razão pela qual o superior tirara as chaves da dispensa da posse do seu ajudante (ANTT, CJ, 69: 189). As missivas não permitem, porém, que nos certifiquemos se escravos da casa pernoitavam ali. Quatro cubículos se distribuía na casa, onde moravam somente dois padres. Não raro, recebiam visitas de outros irmãos e mesmo de padres seculares. Mas não podemos descartar a hipótese de alguns desses quartos servirem de dormitórios aos escravos da casa, denominados “serventes” pelos padres administradores.

Sheila Faria, estudando as casas de vivenda da região de Campos dos Goitacazes, nos séculos XVIII e XIX, argumentou ser hipótese mais provável que escravos dormissem nas moradas dos seus proprietários, “sendo [...] a designação plural ‘casas de morada’ que definia não só o complexo de moradia e beneficiamento como também um lugar onde dormiam pessoas diferenciadas” (FARIA, 1993, p. 116). O certo é que no Engenho de Santana algumas crianças empregadas em serviços domésticos eram impelidas a dormir na casa, apesar de não haverem cômodos destinados para esse fim, como revelava o padre Pedro Teixeira, em 1731:

Moleques que servem em casa, como não têm dentro dela estes conchegos, eram raras as noites que não saltassem pelas janelas e fossem dormir fora; e pela manhã, quando se abria a porta já estavam dentro; porque as casas tudo são janelas e varandas abertas e baixas; há bem poucos dias, quando isto escrevo, que soube destas saídas; dei-lhe a todos uma formosa coça de açoutes, veremos a emenda que tal é (ANTT, CJ, 15: 23).

Nesse caso, a arquitetura da casa avarandada, com numerosas janelas, favorecia a movimentação dos “moleques”, em flagrante prejuízo à disciplina pretendida pelos senhores.

A disciplina da casa também passava pela necessidade de doutrinar as ações dos irmãos que serviam na condição de ajudante, os irmãos Campânia. Lembremos o exemplo do caso citado do suposto namoro entre o irmão Mateus de Souza e a escrava Martinha. Em outra ocasião, o padre superior Jerônimo da Gama passou algumas ordens que deveriam ser observadas pelo seu ajudante. Primeiramente, esclareceu que cabia a este a responsabilidade pelos bens “temporais” da casa: a cozinha, o refeitório, a dispensa, a rouparia e a botica. Da mesma forma, ficava encarregado dos encargos da limpeza da casa e do provimento dos lavatórios e potes d’água de beber, “mandando os serventes da casa que façam o que lhe ordenar nestes particulares e nos mais que tocam ao seu estado e profissão”. No controle do relógio, deveria fazê-lo tocar às cinco horas para a oração, “por ser isto conveniente ao bom governo espiritual e temporal do Engenho e à expedição dos que governam e dos que trabalham”. Não deveria dispor de coisa alguma da casa ou do Engenho sem licença expressa do padre superior, “de quem imediatamente depende todo o governo”. Quando fosse necessário sair da casa, tinha licença para tal, desde que levasse com ele algum servente da casa, “e quando todos estiverem ocupados pedirá outro de fora ao padre superior a quem dará parte onde vai e a que vai, saindo fora do Engenho”. Por último, o irmão era instruído a se livrar das “inoportunas petições dos escravos [...] não os admitindo dentro no seu cubículo, conforme as visitas que há.” (ANTT, CJ, 54: 22 b). Como se pode depreender, a casa também se configurava como um espaço de resistência política por parte dos escravos.

A capela

A Capela de Santana é a única estrutura que chegou com bom estado de integridade até os dias atuais, exercendo a sua função original no espaço demarcado. Sendo uma construção do século XVI, essa capela ainda conserva a sua estrutura arcaica, com copiar e uma única sacristia com sua gelosia se abrindo para a capela-mor. No lado externo, um alpendre protege a entrada (figura 4). Situa-se na margem sul do rio, em uma elevação onde se forma uma corredeira, estando a uma altura superior em relação aos demais edifícios do engenho.



Figura 4 – Capela de Nossa Senhora de Santana (15??), situada no atual distrito do Rio do Engenho, Ilhéus-BA. Foto dos autores.

De acordo com o inventário feito pelo padre Manuel da Costa, em 1674, a capela sofrera um desabamento parcial provocado pela cheia do rio, porém, sua outra parte, que ficava ao lado da levada da água, continuava em pé, mas muito danificada (ANTT, CJ, 54: 7). Já em 1753, o padre Jerônimo da Gama reformou o telhado e as tesouras da capela, que se encontravam apodrecidas. No mesmo ano, construiu um paredão de pedra na banda que ficava para o rio, para evitar que as cheias destruíssem o frontispício, acrescentando um “adro formoso para igualar o vácuo que fez o paredão”, lajeando de tijolos o passadiço inclinado para o mesmo rio, de maneira a facilitar o escoamento da água da chuva (ANTT, CJ, 54: 22).

Essas obras exigiam conhecimento técnico e ação instrutiva para ensinar os escravos encarregados no serviço. Disso se gabava o padre Jerônimo: “nele [naquele serviço] só gastei alguma paciência minha em tomar medidas, em aplicar a gente para o entulho e ensinar um escravo que tem nome de pedreiro: as obras sejam minhas” (idem). Muito provavelmente, essa última intervenção foi fundamental para a preservação da capela até a atualidade.

No universo social do Santana, a capela cumpria um papel central, como espaço de manutenção do ideal paternalista que inspirava o cotidiano do exercício da disciplina escravista pelos padres. As missas marcavam o dia a dia de trabalho e descanso da comunidade e as celebrações, assentes no calendário cristão, reforçavam o simbolismo em torno do qual os jesuítas procuravam justificar as relações de mando e obediência. Como parte integrante da cristandade, naquela comunidade os escravos tinham lugar garantido no território sagrado do sepulcro cristão. No solo do interior da capela jaziam os mortos, o que exigia constante manutenção das gavetas e do assoalho. O mesmo industrioso padre Jerônimo fez novo pavimento na capela, “porque as tampas das sepulturas faziam altos e baixos”. Muito provavelmente, em decorrência dessa degradação, o mal cheiro era fortemente sentido pelos fiéis, razão pela qual “as paridas [...] a missa não vão, porque dizem lhes faz mal o cheiro dos defuntos: o mesmo dizem e fazem os que lhe tiraram algum dente e os que andam convalescendo” (ANTT, CJ, 54: 22).

De todos os edifícios do Engenho, a capela era o que mais inspirava um cuidado estético. Novamente o padre Jerônimo desfilava em narrativas jactanciosas seu capricho em adornar a igreja:

Fiz um aro e cadeinhas de prata para ter o vidro que comprei da lâmpada; porque a não tinha havia tempos: a prata saiu do meu dinheiro e o feitio Santa Ana pagará. Quadrilhei o pórtico: pus a pia da água benta no seu lugar atrás da porta principal, porque estava no meio desta, e da porta travessa, e custava o ir tomar água benta, estando gente na igreja: fiz alguns bancos novos e um taburno para o caixão em que se reveste o sacerdote alfaia, que nunca houve, nem advertência para a fazer, sobejando madeiras naqueles dourados e ricos tempos, e não faltando dinheiro; dão me cuidado grande o teto e duas portas velhas; os vasos e caixas dos Santos Óleos, tudo indecência; e as grades que deve ter a pia batismal, conforme as Ordenações do Arcebispado, que assim o mandam.” (idem)

Quem hoje visitar o bairro rural do Rio do Engenho certamente se encantará com a beleza singela e nostálgica daquele cinco centenário edifício. E ainda testemunhará algumas das obras que tanto orgulharam seu mentor, o padre Jerônimo, e removeram o suor dos escravizados que as executaram, como a pia de água benta, ainda assentada atrás da porta principal, o paredão ao lado do rio e o frontispício por cima do alpendre (figura 4).

As moradias dos escravos

Sheila Faria, fundamentada em um conjunto de inventários dos séculos XVIII e XIX, afirma que:

Mesmo com a progressiva diferenciação das construções rurais ocorridas no decorrer do século XVIII, nas unidades mais ricas, o local de beneficiamento da produção e de moradia dos escravos permaneceu muito próximo do corpo da morada habitual dos proprietários. (FARIA, 1993, p. 118).

Esse padrão se repete no exemplo de um engenho jesuítico do Rio de Janeiro colonial, o Engenho Velho. Naquela propriedade, a ferraria ficava junto à casa de vivenda e de lá se avistava as trinta e cinco senzalas dos escravos e outras trinta e duas que eram cobertas de palhas e também usadas pelos mesmos (AMANTINO, 2016, p. 50).

Incorre, porém, que no Santana as “senzalas”, ficavam no alto do morro, tendo aos pés a casa dos padres. Segundo o padre Jerônimo, as casas dos escravos ficavam em um local elevado “como o castelo de Lisboa [...] em duas ruas e meia de Leste a Oeste, mais outra para a parte de Leste” (ANTT, CJ, 54: 22). Com essa informação e o trabalho de campo foi possível identificar com razoável segurança o local onde se acomodaram as citadas ruas, no mesmo local onde as prospecções arqueológicas plotaram antigos alicerces de construções nas áreas altas e planas e vestígios arqueológicos abundantes nas duas vertentes do mesmo morro.⁵ A topografia do morro não permite outra disposição, a não ser a que se aponta na figura 5.

O local, como denunciava o mesmo padre, ficava “fora dos olhos do superior”, impossibilitando a vigilância sobre os seus moradores. Paradoxalmente, os escravos, estes sim, podiam “controlar” visualmente qualquer movimento que ocorria nas imediações da casa de vivenda, nas fábricas ou na capela. Era possível avistar também a olaria e todo o entorno do rio, controlando a chegada de quem viesse embarcado. Essa disposição, que diferenciava o Santana de outros engenhos, sugere um papel central dos cativos na manutenção da segurança de todo o complexo produtivo. Na condição de único engenho naquele mar de florestas, localizado a doze quilômetros da pequena e militarmente frágil vila de Ilhéus, sem que houvesse indígenas aldeados nas suas imediações, os padres só podiam contar com seus próprios escravos. Temos notícias de que alguns eram armados com espingardas, razão das queixas do irmão Mateus de Souza a respeito do padre Antônio Fernandes, que havia

distribuído cinco daquelas armas “aos negros aos quais estima” (ANTT, CJ, 69: 168). Do alto de suas moradias, os escravos poderiam reagir à indesejável “praga de tapuias, gentio bravo do mato”, nesse caso, os pataxós, que passaram a acometer os canaviais do Engenho, no início do século XVIII (ANTT, CJ, 71: 96).

De todo modo, essa situação topográfica garantia aos escravizados do Santana colocava limites à imposição de disciplinas e à extração de trabalho por parte dos padres administradores. Emblemáticas dessa situação são as queixas do inconformado irmão Jerônimo da Gama. No seu tempo (1753), algumas casas estavam sendo reconstruídas e o resultado, segundo a avaliação do padre, fazia daquele sítio “[...] um valhacouto das quantas maldades quiserem fazer os escravos”. Isso porque, em tempo chuvoso, as ruas eram inacessíveis, pois as ladeiras ficavam intransitáveis. Era impossível até mesmo acudir aos doentes e administrar-lhes os sacramentos nos momentos derradeiros, pois os escravos estavam acostumados a ficarem em suas casas quando doentes, sob os cuidados de um familiar (ANTT, CJ, 54: 22).

Assim, considerando os padrões morfológicos dos engenhos coloniais, a disposição espacial do “bairro” de moradia dos escravos do Santana por certo se configura como o elemento mais heterogêneo.

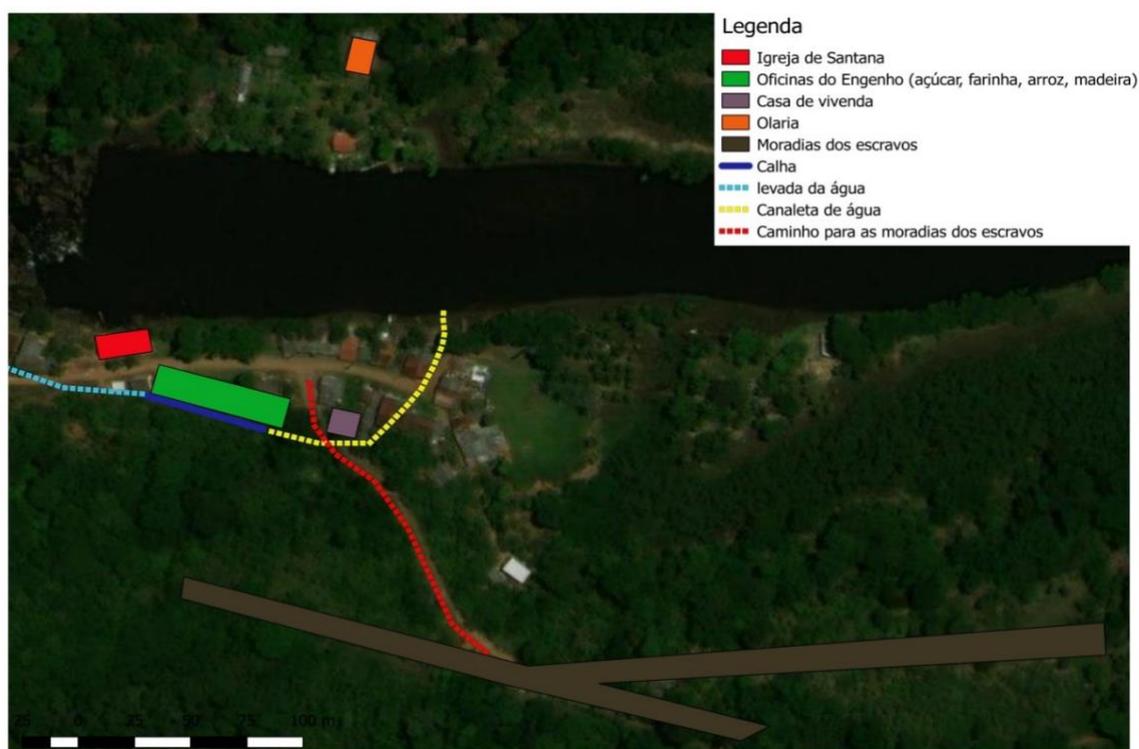


Figura 5 - Projeção das estruturas edificadas do antigo Engenho de Santana.
Fonte: Google Maps (adaptado pelos autores).

Conclusão

As paisagens e as estruturas edificadas do Engenho de Santana, identificadas, descritas e analisadas neste artigo, com seus canaviais, suas oficinas, capela, casa de vivenda e senzalas, afiguram em grande medida o modelo padrão dos engenhos reais presentes na Bahia e na Zona da Mata pernambucana, no período colonial. No entanto, a observação numa escala menor facultou avançarmos na apreensão das suas especificidades, compreendendo paisagens e estruturas como a dimensão física da comunidade e do complexo jogo das relações sociais vivenciadas cotidianamente.

Fatores geográficos e ambientais tiveram papel decisivo na composição física do Engenho, compreendidos na moldura do contexto histórico, Produzir açúcar num território periférico em relação ao epicentro regional do comércio atlântico impunha despesas adicionais aos jesuítas do Santana, por conta dos fretes e do distanciamento dos fluxos de oferta de insumos e africanos. Para neutralizar essa desvantagem, a abundância de recursos naturais foi devidamente empregada para dar razão à diversificação da produção, tipificando o Santana como engenho e fazenda. Nesta condição, suas oficinas foram moldadas para diferentes tipos de beneficiamento – de cana-de-açúcar, de madeiras, de arroz e de mandioca – valendo-se da força motriz da mesma água que movimentava a roda do engenho real. Por conta disso, as oficinas de produção foram edificadas em contiguidade, compondo um espaço dinâmico de interações entre trabalhadores livres e escravizados, o que se replicou também nos espaços de moradia e de celebrações religiosas. No território do Santana, não se impuseram limites que pudessem cristalizar rígidas segregações espaciais.

Por outro lado, em razão do problema do acesso à mão-de-obra especializada de oficiais livres, como mestres-de-açúcar, carpinteiros, ferreiros, pedreiros, oleiros etc., se recorria empenhadamente ao investimento na formação de oficiais escravos. Dessa forma, também participaram ativamente dos processos construtivos e de manutenção dos edifícios, maquinarias, embarcações, carros etc. E foram capazes de imprimir uma dinâmica de uso que levava em conta as suas necessidades, por vezes contrariando os propósitos dos administradores.

Nesse sentido, a mais representativa expressão da coparticipação dos escravizados no ordenamento dos espaços e na concepção das estruturas edificadas do Engenho de Santana se revela no arranjo de suas moradias. As construções não deveriam fugir a regra das palhoças de taipa ou pau-a-pique também comuns a outros engenhos jesuíticos, onde a vida em família

era incentivada. No entanto, como vimos, estavam dispostas no altiplano acima das oficinas, da capela e da casa dos administradores, onde seus moradores detinham o controle visual daquele complexo produtivo e poderiam ficar mais preservados da vigilância dos senhores. Tal ordenamento do espaço, discrepante em relação ao padrão geral dos engenhos coloniais, sugere uma solução possível para se preservar a ordem, as hierarquias e a segurança naquele lugar situado há léguas de qualquer núcleo colonial onde houvesse uma milícia oficial ou privada que pudesse prestar socorro.

Pelo prisma da leitura da paisagem e da Cultura Material foi possível compreender as soluções e estratégias de construção e organização do espaço, associando-as aos caracteres sociais e culturais de diferentes sujeitos da modelagem das paisagens, como os agentes técnicos responsáveis pela maior parte das decisões construtivas, nesse caso, os administradores jesuítas, ou aqueles que normalmente improvisavam a partir de suas necessidades, de seus referenciais culturais e dos recursos construtivos disponíveis, como fizeram os escravizados. Perpetramos, portanto, o enunciado de Barbuy (2006), segundo o qual, a dimensão física de uma sociedade expressa seus condicionantes funcionais, mas também os elementos simbólicos e ideológicos que se ordenam sob uma pluralidade de sistemas integrantes, a partir do qual se pode estudar caminhos, traçados e composições arquitetônicas, em suas relações com os modos de vida e de fazer dos agentes históricos coevos.

Documentos manuscritos (organizados por ordem cronológica de produção): Arquivo Nacional da Torre do Tombo (ANTT), Cartório Jesuítico (CJ)

- Instrumento com o tratado de uma petição e justificação de testemunhas para se provar um levantamento do gentio no engenho de Santa Anna dos Ilhéus, 18 de novembro de 1603. Maço 16, n. 4.
- Carta do Pe. Felipe Franco para o Pe. Reitor, Ilhéus, 29 de setembro de 1659. Maço 68, n. 306.
- Carta do Pe. Felipe Franco ao Pe. Reitor. Santana dos Ilhéus, 16 de janeiro de 1660. Maço 68, n. 307
- Inventário do Engenho de Santa Anna feito Pelo Irmão Manoel da Costa companheiro do padre Felipe Franco, 22 de agosto de 1676. Maço 54, n. 7.
- Carta do Pe. Manoel de Figueiredo ao Pe Procurador Bento de Oliveira, Engenho de Santana dos Ilhéus, 23 de julho de 1712. Maço 71, n. 96.
- Carta do Pe. Pedro Teixeira ao Pe. Simão Esteves, Ilhéus, 20 de junho de 1731. Maço 68, n. 343
- Estado em que achei e fez entrega do Engenho de Santana dos Ilhéus o padre Manoel Figueiredo aos 07 de agosto de 1730. Padre Pedro Teixeira, Santana dos Ilhéus, 30 de junho de 1731. Maço 15, n. 23.
- Carta do Pe. Antônio Fernandes ao Pe. Gaspar Estevens, Santana, 27 de julho de 1736. Maço 71, n.128.
- Carta do Pe. Antônio Fernandes ao Pe. Gaspar Estevens, Santana, 27 e 28 de julho de 1736. Maço 71, n.129.

- Carta do Pe. Antonio Fernandes ao Pe. Gaspar Estevens, Santana, 27 de julho de 1736. Maço 71, n.128
- Carta do Pe. Antonio Fernandes ao Pe. Gaspar Estevens, Santana, 25 de janeiro de 1739. Maço 69, n. 189.
- Carta do Pe. Felipe Franco para o Pe. Reitor, Ilhéus, 29 de setembro de 1659. Maço 68, n. 306
- Inventário feito pelo P.^e João Cortês da Companhia de Jesus na entrega que fez do Engenho de S. Ana dos Ilhéus ao Ir. R. P. Jerônimo da Gama da mesma Companhia, 1752. Maço 54, n. 52.
- Carta do padre Jerônimo da Gama, Engenho de Santana dos Ilhéus. 13 de junho de 1753. Maço 54, n. 22.
- Ordens que em visita dou ao Ir. Campânia atual do Padre Superior deste Engenho e aos Irmãos que lhe sucederem. Jeronimo da Gama, Santana, 20 outubro 1752. Inclusa em: Carta do padre Jerônimo da Gama, Engenho de Santana dos Ilhéus. 13 de junho de 1753. Maço 54, n. 22 (b).

Arquivo Histórico Ultramarino (AHU) Documentos Avulsos (Bahia), Coleção Resgate.

- Inventário e avaliação dos bens do Engenho de Santana, 14 de abril de 1760. Doc. n. 4948 (anexo ao 4947).

Referências

ADAMS, W. An Ethnoarchaeological Study on a Rural American Community: Silcott, Washington, 1910-1930. *In: Ethnohistory*, n. 20, 1973.

AMANTINO, M S. As origens da terra jesuítica na capitania do Rio de Janeiro e a implantação do Engenho Velho no século XVII. *America Latina en la história econômica*, v. 23, n. 3, p. 7-36, set.-dez. 2016.

AMANTINO, M S.. Fazendas, engenhos e haciendas: os bens materiais e os escravos dos jesuítas na capitania de Rio de Janeiro e na Província Jesuítica do Paraguai, século XVIII. *In: Anais do XXVI Simpósio Nacional de História, ANPUH, São Paulo*, p. 1-17, julho/2011.

AMANTINO, M. S. *A Companhia de Jesus e a Cidade do Rio de Janeiro: o caso do Engenho Velho, séculos XVII e XVIII*. Dissertações de Mestrado, Universidade Nova de Lisboa (FCSH), 2016.

ANDRADE, A. *Horizontes urbanos medievais*. Lisboa: Livros Horizonte, 2003.

ANDRADE, A. P. *A casa de vivenda do Sítio São Banto de Jaguaribe: uma reconstrução arqueológica*. Recife: Universidade Federal de Pernambuco, 2006. (Dissertação de Mestrado).

ANDRADE, M. Casas de vivenda e de morada: estilo de construção e interior das residências da elite escravista sul-mineira – século XIX. *In: Anais do Museu Paulista*. São Paulo. N. Sér. v.12.p. 91-128 jan./dez. 2004.

ANTONIL, A. J. *Cultura e opulência do Brasil por suas drogas e minas*. Introdução e comentários de André Mansuy Diniz Silva. Lisboa, Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, 2001.

ARRAES, D. E. A. Rio dos currais: paisagem material e rede urbana do rio São Francisco nas capitanias da Bahia e Pernambuco. *In: Anais do Museu Paulista*. São Paulo. v.21. n.2. p. 47-77. jul.- dez. 2013.

AZEVEDO, E. *Arquitetura do açúcar: engenhos do Recôncavo Baiano no período colonial*. São Paulo: Nobel, 1990.

- BARBUY, H. *A cidade-exposição. Comércio e cosmopolitismo em São Paulo, 1860-1914*. São Paulo: Edusp, 2006.
- CABRAL, D. C. *Na presença da floresta: Mata Atlântica e história colonial*. Rio de Janeiro: Garamond, 2014.
- CHAPMAN, H. *Landscape Archeology and GIS*. The History Press, Tempus Publishing, 2011.
- CLARKE, D. *Spatial archaeology*. London: Academic Press, 1977.
- COELHO FILHO, L. W. *A Capitania de São Jorge e a década do açúcar (1541-1550)*. Salvador: Vila Velha, 2000.
- DINCAUZE, D. *Environmental archaeology: principles and practice*. Cambridge: Cambridge University Press, 2000.
- FARIA, S. C. Fontes textuais e vida material: observações preliminares sobre casas de moradia nos Campos dos Goitacazes, sécs. XVIII e XIX. In: *Anais do Museu Paulista*, Nova Série, n. 1, 1983.
- FERLINI, V. *Terra, trabalho e poder*. Bauru-SP: Edusc, 2003.
- GOENFLO, L.; GALE, N. Mapping regional settlement in information space. In: *Journal of Anthropological Archaeology*, 9: 240-274. 1990
- GUEDES, Maria L. S. et. all. Breve incursão sobre a biodiversidade da Mata Atlântica. In: FRANKE, C. R.; ROCHA, P. L. B. da; KLEIN, W.; GOMES, S. L. (Orgs.). *Mata Atlântica e biodiversidade*. Salvador: Edufba, 2005. p. 39-92.
- HODDER, I. *Reading the past*. Cambridge University Press, 1986.
- HODDER, I.; ORTON, C. *Análisis espacial en arqueología*. Barcelona: Editorial crítica, 1990.
- INSTITUTO do Açúcar e do Alcool *Documentos para a história do açúcar*. Inventário do Engenho de Santana de 1572. Rio de Janeiro: Ed., 1956-1963, 3 vols. (vol. III, p. 88).
- IPHAC-BA. *Inventário de proteção do acervo cultural da Bahia*. Monumentos e sítios do litoral sul, vol. 5. Salvador: Secretaria de Indústria, Comércio e Turismo, 1988.
- KENT, S. Method and Theory for Activity Area Research. In: *Etnoarchaeological Approach*, NY: Columbia University Presse, 1987.
- MACEDO, J; ANDRADE, R.; TERRA, C. (Orgs.). *Arqueologia na paisagem: novos valores, dilemas e instrumentais*. Rio de Janeiro: Rio Books, 2012.
- MAURO, F. *Portugal, o Brasil e o Atlântico 1570-1670*. Lisboa, Estampa, 2v., 1989.
- MENESES, U. A cultura material no estudo das sociedades antigas. In: *Revista de História*, n. 115, p. 103-117, 1983.
- MENESES, U. Morfologia das cidades brasileiras: introdução ao estudo histórico da iconografia urbana. *Revista da USP* (Dossiê Brasil dos viajantes), São Paulo, n. 30, p. 144-155, jun.-ago. 1996.
- MOI, F. P. *Os Xerente: um enfoque etnoarqueológico*. São Paulo: Editora AnnaBlume, 2007.

- MONTEIRO, S. C. C. *Breve História do Engenho de Santana: a cadeia sucessória de 1537 a 1919*. Ilhéus: UESC, (Trabalho de Conclusão de Curso), 1999.
- MORALES, W. F. *Brasil Central: 12.000 anos de ocupação no médio curso do rio Tocantins*. São Paulo Porto/Seguro: Editora Annablume/Acervo, 2008.
- MORALES, W. F. *Doze Mil Anos de Ocupação: um estudo de arqueologia regional na bacia do córrego Água Fria, médio curso do Rio Tocantins*. Tese (Doutorado em Arqueologia), Universidade de São Paulo, 2005.
- MORALES, W. F. *Relatório final de pesquisa Mapeamento Arqueológico das bacias dos rios Cachoeira e Almada: um estudo de Arqueologia Regional (Fase 3), DFCH/UESC, (Mimeo)*, 2019.
- MORALES, W. F.; DIAS, M. H.; GOMES, R. L. História, arqueologia e georreferenciamento na percepção da ocupação territorial da vila de Ilhéus (Bahia, Brasil): período pré-colonial ao século XVII. In: *Paisagens e georeferenciamento: experimentos e desafios*. CARRARA, A. A.; MORALES, W. F.; DIAS, M. H. (Orgs.). São Paulo: Annablume, 2015.
- MORALES, W. F.; MOI, F. P. Um modelo de uso e circulação humana na região da serra de Santana, Rio Grande do Norte: um exercício de arqueologia da Paisagem”. In: *O Público e o Privado*. Universidade Estadual do Ceará, Ano 6, n.12: 121-136, 2008.
- PINHO, W. A. *História de um engenho do Recôncavo*. 2. ed., São Paulo. Ed. Nacional; Brasília: INL, 1982.
- POST, F. *Obra completa*. Rio de Janeiro: Capivara, 2006.
- REDE, M. *História a partir das coisas: tendências recentes nos estudos de cultura material*. In: *Anais do Museu Paulista*, v.4 p.265-82 jan./dez. 1996.
- ROCHA, D. P. *Engenho de Santana, Ilhéus-Ba: Potencial turístico revelado pela Arqueologia*. Ilhéus: UESC, (Dissertação de Mestrado), 2011.
- SANTOS, M. *A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção*, 4. ed. São Paulo: Edusp, 2009.
- SCHWARTZ, S. B. *Escravos, roceiros e rebeldes*. Bauru, SP: Edusc, 2001.
- SCHWARTZ, S. B. *Segredos internos: engenhos e escravos na sociedade colonial 1550-1835*. São Paulo: Companhia das Letras, 1988.
- SOARES, M. C.. Engenho sim, de açúcar não / o engenho de farinha de Frans Post. *Varia História*, Belo Horizonte, MG, v.25, n.41, p. 61-83, jan./jun. 2009.

Notas

- 1 Número aproximado a partir dos inventários consultados desse período (ANTT, CJ, 69: 175; ANTT, CJ, 54: 22; AHU, Doc. n. 4948 (anexo ao 4947).
- 2 Optamos por atualizar a escrita da transcrição das fontes para favorecer a fluência da leitura.
- 3 As telas de Frans Post representam bem a composição dessas estruturas (POST, 2006, p 133). Imagem acessível em: <https://www.pubhist.com/w44264>. Último acesso: 30/12/2018.
- 4 Possivelmente análoga à representação de Frans Post (2006, p. 133). Imagem acessível em: <https://www.pubhist.com/w46296>. Último acesso: 30/12/2018.

⁵ Considerando a perenidade dos materiais utilizados nas moradias das famílias escravas do período colonial, é provável que tais vestígios remontem a construções mais recentes, talvez do século XIX ou primeira metade do XX, pois antigos moradores afirmam ter informações da existência de antigas ruas naqueles locais.